



JOÃO JOSÉ ALVES DIAS

REGRAS PARA A TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS PALEOGRAFICOS
(O CASO DO SÉCULO XVI)



Relatório da
Aula teórico-prática apresentada
à Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de
Lisboa para discussão na prova de
habilitação prevista nos artigos
53 e 58 do Estatuto da Carreira
Docente Universitária.

Esquema da aula

1. Justificação do tema
2. Bibliografia
3. Critérios de transcrição
 - 3.1 Critérios seguidos no passado e noutras escolas
 - 3.2 Critério utilizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa
 - 3.2.1 Apresentação e justificação do critério.

1. Justificação do tema

Tendo de apresentar um relatório sobre uma aula prática ou teórico-prática, de um tema do âmbito da disciplina em que presto serviço — Paleografia e Diplomática — optei por uma aula, a primeira do curso, sobre critérios de transcrição.

Sendo a Paleografia a ciência auxiliar que trata da escrita antiga sobre materiais maleáveis, o seu campo de aplicação é vasto, pois tem de servir diversas Ciências Sociais (todas as que assentam em documentos escritos deixados pelo passado), entre as quais se salientam a História e a Literatura.

Contudo, sendo uma Ciência reconhecida como importante, quando se trata da concretização do seu primeiro objectivo — a fixação inteligível da escrita do passado — podemos dizer: cada cabeça, cada sentença ...

As transcrições apresentadas ao público contêm diferenças e, na sua maioria, defeitos e mesmo erros, resultando do ensino de diversas escolas, nomeadamente, no que a Portugal respeita, a chamada escola de Coimbra. Esses erros e defeitos consistem na actualização da forma de certos símbolos gráficos (caso do *v* por *u*, trancrevendo *convem* por *conuem*, e do *j* por *i*, trancrevendo *Igreja* por *Igreia*, e vice-versa), contrastando com a manutenção de certos fonemas (caso dos ditongos nasais *om*, *am* em vez de *ão* e do *c* por *qu*, ou vice-versa, entre outros). Daqui re-

sulta a divulgação de textos que nem são arcaicos nem modernos, mas antes formas híbridas de valor subjectivo e dependente apenas da pessoa que dirigiu a publicação.

Outras transcrições caem no vício contrário. Nada actualizam e pouco ou nada desenvolvem das abreviaturas encontradas no original. O resultado são textos confusos, mesmo para um iniciado, como o seguinte (1):

alu^{ra} delRey de sãta cruz

Eu elRey ffaco saber a vos doutor alu^{ro} / esteues q̄ p̄ meu
mãdado tendes / Carguo do estudo de lix^a & aos cōselhei-
ros & deputados dells & a quaes quer / outro offiçiaes a que o
c^{to} deste pertē/çer que eu ey p̄ bem & me a apz que / ho L^{do} santa
crux lea a cadeira de ues/pera de leys q̄ por opposiçãõ ouve /
ẽ quãto se nõ mudar ho estudo da / dita çidade notifico vo
asi & mado // q̄ ho cumpraes sē embargo de qual qr / proui-
saõ outra q̄ aJa ẽ cont^{ro} dy^o / fferr^a o fez em evora a xbj de
setenbro de / mjl & b^c & trỹta & tres & treladado o dito / alu^{ra}
por m̄j bedell ho conçertey cõ Jurdaõ / allrẽz outro si esp^{re}vaõ
do dito estudo nõ faca / duvida nos riscados õde diz outra
esta/tu q̄ p̄ verdade se fez ho bedell o sp^{re}vy
cõçertado comjgo Jurdã alz escp^{re}uãõ damte o cõ/seruador.

niculao lopez
bedell

Jurdã
alz

Outras ainda, embora desenvolvam as abreviaturas, procuram imitar, com símbolos gráficos de hoje, os símbolos

(1) *Documentos de D. João III*, editados por Mário Bran-
dão, Vol. I, Coímbra, Universidade, 1937, doc. 2, p. 2-3.

gráficos do passado, chegando a transcrever o chamado *s longo* por *ℓ* (embora actualizando os *v, u, i e j*), o que resulta em frases risíveis como as que se seguem (2):

Pifa.

A fegunda feira feguinte partio o Conde pera Pifa, que fom quatro legoas com o Bifpo, e com os Doutores, e poufou o Conde em hum eftao com todolos feos, que chamaõ o eftao do capelo, que he muy grande, e bem repartido, e tem oytenta beftas daluguer pera quem as ouuer mifter. Outro fi efta Cidade efta affentada em hum valle muy grande, e efte valle jaz antre duas ferras muy grandes, e o muro he muy forte, e per meyo defta Cidade vai hum Rio ter ao mar perque vaõ navios, e barcas, e Galles a dita Cidade, e a nao nom pode hi vir porque he baixo, e eftreito, e nefte Rio eftaõ tres pontes, e cada ponte tem fua cadea de ferro, que como a fufta he dentro, logo a fufta he fechada, que nom pode dali fair, ate que os nom desfechaõ, e affi efta tudo per recado. /.../

E os exemplos poderiam continuar...

Como já se disse, o principal objectivo da Paleografia é fixar o texto escrito no passado de maneira a poder ser utilizado por todos os estudiosos do presente. Não nos devemos preocupar, quando divulgamos um documento, que pretendemos seja utilizado com fins científicos, se o grande público o consegue ou não ler. Regra geral, o grande público nunca se interessa por documentos desses... Devemo-nos, sim, preocupar com apresentar um documento que tanto sirva ao historiador como ao estudioso da literatura,

(2) Lita Scarlatti, *Os Homens de Alfarroheira*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980, p. 313. (Obra distinguida com o Prémio Laranjo Coelho, 1972, da Academia das Ciências de Lisboa).

da língua, da ortografia, da grafia, etc., e que possa tam
bém ser lido por pessoas já minimamente iniciadas. São es
tes os únicos públicos a quem tais documentos interessam.
Como salientam os autores do Prefácio à *Chancelaria de D.*
Pedro I (1357-1367), "haverá algum historiador /.../ que
não consiga interpretar palavras e frases escritas segun-
do a ortografia da época?".

É com este objectivo que tem sido orientado o ensino
da disciplina de Paleografia na Faculdade de Ciências So-
ciais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa: a apre-
sentação de um texto inteligível mas onde nada se modifi-
cou nem acrescentou sem se dar conhecimento prévio ao lei
tor.

2. Bibliografia

Pouca doutrina se tem feito sobre o problema da transcrição dos documentos portugueses. Cada autor tem o seu critério (quando não mais do que um, e até na mesma publicação). Sobre os diversos critérios utilizados no passado, pode consultar-se a comunicação apresentada ao VIII Encontro Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e João José Alves Dias: "Critérios de Transcrição Paleográfica" (3).

Sobre as duas mais importantes escolas portuguesas de Paleografia de hoje, pode consultar-se:

Para a de Lisboa:

A. H. de Oliveira Marques, "Paleografia", in: *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, 1ª ed., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp.292-298; normas refundidas e acrescentadas^{na} comunicação atrás referida, assim como os exemplos práticos de obras científicas produzidas no âmbito da mesma escola seguida hoje na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas:

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cantuxa), edição diplomática, transcrição de João José Alves Dias, introdução de A. H. de Oliveira Marques e de João

(3) Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, no prelo. O Encontro realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 28 de Fevereiro a 4 de Março de 1983.



José Alves Dias, revisão de A. H. de Oliveira Marques e de Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325 - 1357), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, com transcrições de diversos autores, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, transcrição de A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Maria José Pimenta Ferro Tavares, revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias, Judite Cavaleiro Paixão, Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Centro de Estudos Históricos de F.C.S.H., da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

Para a de Coimbra:

Avelino de Jesus da Costa, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 2ª ed., Braga, 1982, inicialmente separata das *Actas do V Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, Braga, 1976, pp. 311 - 350.

A sua aplicação prática pode encontra-se entre outros, no:

Livro Preto da Sé de Coimbra, Vol.II e III, edição crítica por Leontina Ventura e M. Teresa Veloso sob a orientação de Pe. Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, Universidade, 1978-1979.

3. Critérios de transcrição

3.1 Critérios seguidos no passado e noutras Escolas.

Têm sido, como já dissemos, variados os critérios utilizados na publicação de documentos portugueses.

No quadro seguinte, apresentado no já citado VIII Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, encontramos os critérios utilizados pelos mais conceituados historiadores e paleógrafos dos últimos 150 anos:

Critérios		Autores Obras	
		P.M.H., 1ª Série (1)	Corpus Codicum (2)
		Pedro de Azevedo (3)	Magalhães Basto (4)
		Rui de Azevedo (5)	Silva Marques (6)
		C.M.Lisboa (7)	Lindley Cintra (8)
		Monumenta Hennicina (9)	Gavelas da T.7. (10)
		Charulanium (11)	Damião Peres (12)
		Avelino de J.da Costa (13)	P.M.H., Nova Série (14)
		F.C.S.H. - U.N.L. (15)	
MAIÚS- CULAS E MINÚS- CULAS	1.conservação da forma utilizada no original ;		X
	2.actualização do seu uso .	X	X
USO DE U,V,I,J	1.conservação da forma utilizada no original ;	X	X
	2.actualização do seu uso .	X	X
PONTUAÇÃO	1.conservação da pontuação e formas dos sinais ;		X
	2.modificação dos sinais ;		X
	3.supressão da pontuação original, substituída em casos raros ;	X	X
	4.actualização do seu uso .	X	X
NUMERAIS (ROMANOS)	1.conservação das suas formas ;	X	X
	2.actualização das formas mantendo a numeração romana ;	X	X
	3.modificação de numerais romanos em árabes		X

ERROS DO ESCRIBA	Critérios	Autores Obras	
		P.M.H., 1ª Série (1)	Corpus Codicum (2)
1. conservação do erro assinalado por [sic] ;		X	X
2. emenda entre [] ;			X
3. emenda entre [] e () ;			
4. emenda entre [] ou sua conservação assinalada por (sic).			
OUTRAS MODIFICAÇÕES DE GRAFIA		X	X

Notas

- (1) Portugaliae Monumenta Historica, 4 vols., Lisboa, 1856 ss.
- (2) Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalesi aservantur antiquissimorum. Diplomata, Chartae et Inquisitiones, 6 vols., Porto, Câmara Municipal, 1891 ss.
- (3) Pedro A. de Azevedo, Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1915-34.
- (4) Artur de Magalhães Basto, Vereações. Anos de 1390-1395. O mais antigo dos "Livros de Vereações" do Município do Porto existentes no seu Arquivo, Porto, 1937.
- (5) Rui de Azevedo, Documentos Medievais Portugueses, 4 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940 ss.
- (6) João Martins da Silva Marques, Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História, 3 vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944-71.
- (7) Documentos para a História da Cidade de Lisboa, 3 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1947-54.
- (8) Luis Filipe Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, Lisboa, 1959.
- (9) Monumenta Henricina, 15 vols., Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-74.
- (10) As Gavetas da Torre do Tombo, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-77.
- (11) Chartularium Universitatis Portugalensis, 6 vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966-74.
- (12) Damião Peres, O Livro de Recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974.
- (13) Avelino de Jesus da Costa, Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos, sep. das Actas do V Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, Braga, 1976.
- (14) Portugaliae Monumenta Historica, nova série, 3 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- (15) Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), Lisboa, Estampa, 1982; Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

3.2 Critério utilizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

O critério da F.C.S.H. visa unicamente um público adulto ou quase adulto, de formação universitária ou aparentada, com relevo para "estudantes" de história e de linguística. Para o público escolar, sobretudo crianças e adolescentes, e bem assim para todos os curiosos e amantes de história, o critério tem de ser outro, baseado na actualização, pura e simples, da linguagem, pontuação, etc. etc. . E, correndo o risco de nos repetirmos, tornamos a afirmar que não fazem sentido transcrições semi-actualizadas que por aí pululam, onde se procura conciliar uma inteligibilidade que tem de atingir sempre as formas da época, com um certo "cheiro" do passado, expresso em inúteis letras dobradas, finais em *om* ou *am*, sinais de til em fonemas nasais hoje escritos com *m* ou *n*, etc., etc. .

3.2.1 Apresentação do critério

Apresentamos, apenas em tópicos, o critério utilizado na F.C.S.H., deixando para a exposição oral a respectiva justificação. Para esta justificação, fizemos um sondagem em diversos livros impressos no séc. XVI que, durante a lição, apresentaremos como exemplos.

Os critérios são:

a) Transcrição do documento em linhas contínuas, separando fólios ou as páginas originais, bem como as respectivas colunas (uns e outras, quando os houver) por traços oblíquos e anotando, à margem, o correspondente número de fólio, de página e de coluna. Devem-se abrir parágrafos nos sítios respectivos, mas sem acrescentar qualquer pontuação nem mudança gráfica para maiúscula do início do novo período.

b) Respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo exactamente maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., mas separando as palavras que estejam no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem nele separadas.

c) Desenvolvimento das abreviaturas mas manutenção da forma original dos numerais. sempre que haja possibilidade (de edição ou económica) as letras ou palavras subentendidas no original devem ser compostas em outro tipo de letra, ou sublinhadas quando da sua divulgação manual ou dactilografada.

d) Colocação entre [] de tudo o que tenha sido interpre
tado pelo leitor ou acrescentado ao texto original e da
palavra [sic] a seguir a erros do próprio texto original.

